

Midway

MIDWAY FINANCEIRA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a MIDWAY S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Midway, Midway Financeira ou Companhia) apresenta a seguir o seu Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

O objetivo estratégico da Midway está orientado ao atendimento das necessidades de financiamento aos consumidores de produtos e serviços de sua controladora Lojas Riachuelo S.A., a expansão da base de clientes e ao oferecimento de produtos diferenciados que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Essa operação madura de produtos e serviços financeiros à serviço do cliente Riachuelo tem como principal papel alavancar, facilitar e potencializar o varejo, tendo como propósito facilitar a vida financeira de quem a procura.

A trajetória da Companhia é construída diariamente por pessoas e, portanto, a Midway agradece o apoio e o trabalho de seus colaboradores, e a confiança depositada por seus clientes e parceiros.

A Administração.

SERVIÇOS FINANCEIROS

Performance da carteira reforça a solidez da operação, com foco em crescimento sustentável e controle de risco

As informações a seguir consideram os efeitos da nova Resolução CMN nº 4.966 para o ano de 2025.

Demonstração de Resultado (R\$ Mil)	2025	2024	25 vs 24
Receita Bruta	2.667.436	2.432.441	9,7%
Receita de operações de cartão	1.802.508	1.674.070	7,7%
Receita de empréstimo pessoal	652.501	564.051	15,7%
Receita de comissões	212.426	194.321	9,3%
Despesas tributárias	(148.720)	(132.829)	12,0%
Receita Líquida	2.518.716	2.299.612	9,5%
PDD líquida de recuperação e descontos	(1.224.362)	(1.156.771)	5,8%
Resultado da Operação Financeira	1.294.354	1.142.841	13,3%
Margem da Operação Financeira	51,4%	49,7%	1,7 p.p.
Despesas operacionais	(812.148)	(738.527)	10,0%
Receitas prestação de serviço para Riachuelo	50.028	45.308	10,4%
Depreciação e amortização	(97.667)	(80.219)	21,8%
Resultado financeiro	(113.444)	(91.016)	24,6%
EBITDA de Serviços Financeiros	482.205	404.315	19,3%

A receita bruta dos Serviços Financeiros somou R\$2,7 bilhões em 2025, uma **evolução de 9,7% em relação a 2024**. O desempenho reflete nossa estratégia de crescimento disciplinado da carteira, baseada em modelos de concessão orientados por dados e processos de crédito mais preditivos, priorizando oportunidades de maior retorno. Além disso, seguimos avançando na ampliação do *cross-sell*.

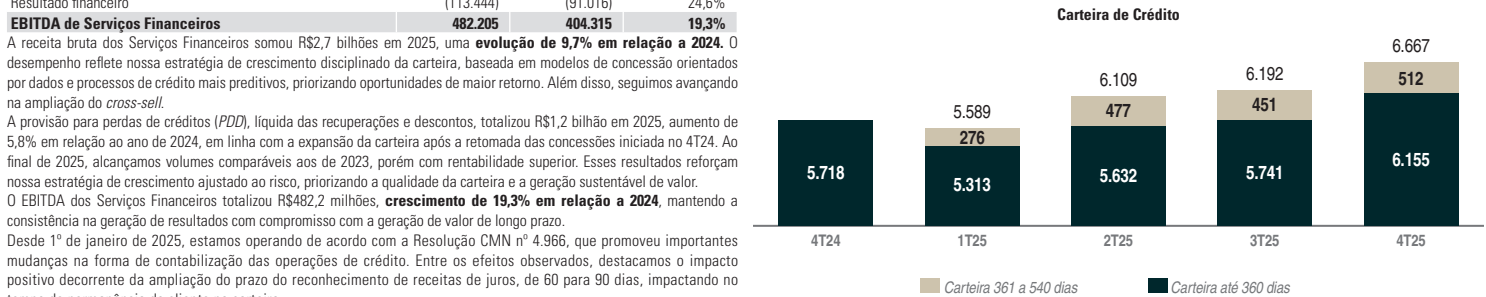
A provisão para perdas de créditos (PDD), líquida das recuperações e descontos, totalizou R\$1,2 bilhão em 2025, aumento de 5,8% em relação ao ano de 2024, em linha com a expansão da carteira após a retomada das concessões iniciada no 4T24. Ao final de 2025, alcançamos volumes comparáveis aos de 2023, porém com rentabilidade superior. Esses resultados reforçam nossa estratégia de crescimento ajustado ao risco, priorizando a qualidade da carteira e a operação sustentável de valor.

O EBITDA dos Serviços Financeiros totalizou R\$482,2 milhões, **crescimento de 19,3% em relação a 2024**, mantendo a consistência na geração de resultados com compromisso com a geração de valor de longo prazo.

Desde 1º de janeiro de 2025, estamos operando de acordo com a Resolução CMN nº 4.966, que promoveu importantes mudanças na forma de contabilização das operações de crédito. Entre os efeitos observados, destacamos o impacto positivo decorrente da ampliação do prazo do reconhecimento de receitas de juros, de 60 para 90 dias, impactando no tempo de permanência do cliente na carteira.

A carteira de crédito total até 540 dias totalizou R\$6,7 bilhões em dezembro de 2025. Já a carteira até 360 dias somou R\$6,2 bilhões, conforme composição abaixo:

- **Cartão Riachuelo (private label + bandeira):** a carteira de Cartões até 360 dias totalizou R\$5,3 bilhões, **crescimento de 5,7% em relação ao 4T24**, em linha com a estratégia de evolução gradual da concessão de crédito, sem aumentar o risco da carteira.
- **Empréstimo pessoal:** a carteira de Empréstimo Pessoal até 360 dias totalizou R\$837 milhões, aumento de **21,8% vs. 4T24**, como resultado de evoluções nos modelos de concessão que permitem a identificação de oportunidades de expansão de volumes com rentabilidade.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Notas Explicativas		2025
				2025
ATIVO		Notas Explicativas		2025
Disponibilidades.....		6		45.160
Instrumentos Financeiros.....		7.384.087		7.384.087
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado.....		7.026.379		7.026.379
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		6	410.218	410.218
Operações de Crédito.....		8.a	3.069.990	3.069.990
Outros Créditos.....		8.a e 9.a	3.546.171	3.546.171
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		357.708		357.708
Títulos e Valores Mobiliários.....		7	357.708	357.708
Outros Créditos.....		98.593		98.593
Outros Ativos Financeiros.....		9.b	21.188	21.188
Outros Créditos Diversos.....		10	66.340	66.340
Outros Valores e Bens.....		11	11.065	11.065
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		8.f		(1.586.056)
Ativo Fiscal Diferido.....		12		287.276
Imobilizado de Uso.....		13.a		11.828
Intangível.....		13.b		544.996
Depreciações e Amortizações.....		(321.730)		(321.730)
Imobilizado de Uso.....		13.a	(10.503)	(10.503)
Intangível.....		13.b	(311.227)	(311.227)
Total do Ativo.....		6.464.154		6.464.154

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Notas Explicativas		2025
				2025
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024.....		Capital Social		600.000
Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	-	-
Ajustes Transição Instrução Normativa 4.966.....		4	-	-
Dividendos Adicionais Exercícios Anteriores.....		-	-	-
Dividendos Exercícios Anteriores.....		-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do 2º Semestre.....		-	-	-
Destinações:		Reserva Legal.....		4.746
Reserva Legal.....		22.b	-	-
Dividendos Mínimos do 2º Semestre.....		22.b	-	-
Reserva de Lucros.....		22.b	-	-
Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2025.....		600.000		600.000
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024.....		600.000		600.000
Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	-	-
Ajustes Transição Instrução Normativa 4.966.....		4	-	-
Dividendos Exercícios Anteriores.....		-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício.....		-	-	-
Destinações:		Reserva Legal.....		9.630
Reserva Legal.....		22.b	-	-
Dividendos Mínimos do Exercício.....		22.b	-	-
Reserva de Lucros.....		22.b	-	-
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025.....		600.000		600.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Notas Explicativas		2025
				2025
1. Contexto Operacional		Notas Explicativas		2025

A Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway"), foi constituída em 31 de janeiro de 2008, tornando-se operante a partir de 14 de julho de 2008. Sua principal atividade operacional está voltada ao financiamento aos consumidores de produtos e serviços de sua controladora Lojas Riachuelo S.A., através de suas operações com cartões Private Label e Bandeirados e na concessão de empréstimos pessoais a esses mesmos clientes e na busca dos recursos financeiros mais adequados para o suporte às suas operações. As Demonstrações Financeiras elaboradas para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil - BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 com as mudanças introduzidas pelas Leis 11.639/07 e 11.941/09, além das alterações advindas da Resolução CMN 4.819/20 e da Resolução BCB nº 7/2020. Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito, expectativas de realização dos créditos tributários e na mensuração dos passivos contingentes, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; i) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; l) CPC 28 - Propriedade para Investimento - homologada pela Resolução CMN nº 4.967/21; m) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; n) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; o) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; p) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. **Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação:** a) **Mudanças em vigor:** **Res. CMN 4.966/21 e Res. BCB 352/23, IN BCB 464/24 e Res. CMN 5146/24:** que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas normas que entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, intentam aproximar as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às normas internacionais de contabilidade. Como principal impacto na respectiva demonstração financeira, destaca-se: • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Midway e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ"); • As receitas e os encargos atrelados diretamente a origem/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas; • Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito"; • A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência; • Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas; • Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados à partir do momento em que a Midway não tem mais expectativa de recuperação. **IN BCB 318/22:** Normativa define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2030. **B. Adoção inicial:** A instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução foram registrados no patrimônio líquido em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, totalizando R\$ 5.012. A reconciliação do patrimônio líquido da "Midway" demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota explicativa nº 4.

3. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. **a. Auração do Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com vencimento igual ou inferior a noventa dias a contar da data de aquisição. **c. Instrumentos Financeiros: Classificação dos Instrumentos Financeiros:** Os ativos financeiros da Midway são classificados e nas seguintes categorias: • **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para determinar o modelo de negócios, a Midway avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: • **os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;** • **como os gestores do negócio são remunerados;** • **e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.** A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPJJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor

MIDWAY S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 09.464.032/0001-12
Rua Lemos Monteiro, nº 120 – 15º Andar – Edifício Pinheiros One
Butantã, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05501-050

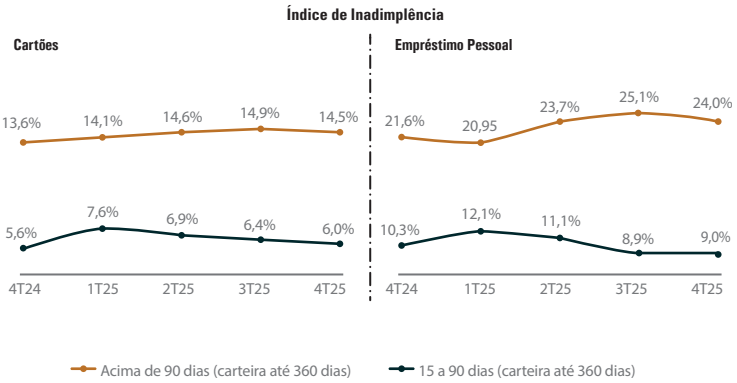
Principais Indicadores de Serviços Financeiros	4T25	4T25	4T24	4T25 vs 4T24
	Até 540 dias	Até 360 dias	Até 360 dias	Até 360 dias
Carteira (R\$ Milhões)	6.667	6.155	5.718	7,6%
Cartão (R\$ Milhões)	5.730	5.318	5.032	5,7%
Empréstimo Pessoal (R\$ Milhões)	936	837	687	21,8%
% PDD líquida de recuperação e descontos sobre carteira	4,9%	5,3%	5,3%	0,0 p.p.
Índice de Inadimplência - 15 a 90 dias¹	3,5%	6,5%	7,6%	-1,1 p.p.
Índice de Inadimplência - acima de 90 dias¹	26,4%	17,2%	17,3%	-0,1 p.p.
Índice de Basileia²	17,4%	17,4%	19,5%	-2,1 p.p.

¹ Considera o arrasto de todos os produtos financeiros.

² Índice de Basileia calculados conforme a Resolução BCB 229/22 do Bacen.

Os índices de inadimplência apresentados a seguir consideram a carteira até 360 dias para melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

O comportamento da **inadimplência no trimestre** reflete a diligência na concessão de crédito, com estabilização dos índices revertendo os crescimentos dos últimos trimestres e mantendo **patamares saudáveis** tanto na faixa curta como na faixa longa.



O Índice de Basileia reflete as Resoluções CMN nº 4.958/2021 e BCB nº 229/2022 e alcançou 17,4% no 4T25. Este índice é um indicador internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, que estabelece índice mínimo de Basileia de 10,5%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas	2º Sem.	Exercício	
	Explicativas	2025	2025	2025
Receitas de Intermediação Financeira		884.127	1.783.615	
Operações de Crédito	23	827.713	1.677.077	
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		56.414	106.538	
Operações de Câmbio (+)		9	-	
Despesas de Intermediação Financeira		(520.544)	(1.053.334)	
Operações de Captação no Mercado	24	(111.178)	(215.553)	
Operações de Câmbio			(84)	
(Provisão)/Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(409.375)	(837.697)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		363.593	730.281	
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(234.715)	(424.206)	
Receitas de Prestação de Serviços	25	207.329	427.999	
Receitas de Tarifas Bancárias	26	94.300	182.522	
Despesas de Pessoal	28	(64.604)	(104.276)	
Outras Despesas Administrativas	30	(363.117)	(715.216)	
Despesas Tributárias	29	(73.451)	(147.865)	
Outras Receitas Operacionais	27	54.107	86.674	
Outras Despesas Operacionais	31	(89.279)	(154.044)	
Resultado Operacional		128.868	306.075	
Resultado não Operacional		558	576	
Resultado não Operacional		558	576	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		129.426	306.651	
Imposto de Renda e Contribuição Social		(30.901)	(95.666)	
Provisão para Imposto de Renda		(1.444)	(46.300)	
Provisão para Contribuição Social		(1.906)	(29.750)	
IRVCS Diferidos		(27.551)	(17.616)	
Participações nos Lucros e Resultados	33	(832)	(18.377)	
Participações nos Lucros e Resultados		(832)	(18.377)	
Lucro/(Prejuízo) Líquido - atribuído aos Acionistas		97.693	192.608	
Quantidade de Ações (Mil)		50.000	50.000	
Lucro/(Prejuízo) por Ação - atribuído aos Acionistas - R\$		1,95	3,85	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

...continuação

Midway

MIDWAY S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 09.464.032/0001-12

Rua Lemos Monteiro, nº 120 – 15º Andar – Edifício Pinheiros One

Butantã, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05501-050

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Despesas Tributárias	2º Sem. 2025	2025
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social.....	(52.242)	(104.933)
ISS - Imposto sobre serviços.....	(12.310)	(25.438)
PIS - Programa de integração social.....	(8.489)	(17.052)
IDF - Imposto sobre operações financeiras.....	(53)	(85)
Outros	(357)	(357)
Total.....	(73.451)	(147.865)

30. Outras Despesas Administrativas	2º Sem. 2025	2025
Convênio de Rateio de Despesas Administrativas		
Riachuelo (Nota Explicativa 34.a).....	(164.592)	(343.807)
Amortização	(56.168)	(96.533)
Serviços do Sistema Financeiro (1)	(44.671)	(84.253)
Propaganda e Marketing	(23.070)	(48.968)
Processamento de Dados.....	(27.237)	(52.678)
Serviços de Terceiros (2)	(24.833)	(45.697)
Serviços Técnicos Especializados	(11.126)	(19.413)
Serviços de Correspondente no País (Nota Explicativa nº 34.a) (3).....	(4.677)	(9.527)
Contribuições a Entidades Filantrópicas.....	(715)	(3.413)
Material.....	(2.550)	(4.324)
Aluguel Intercompany (Nota Explicativa nº 34.a)	(1.212)	(2.425)
Depreciação	(302)	(1.134)
Viagens.....	(673)	(1.173)
Comunicação.....	(425)	(739)
Outras	(866)	(1.132)
Total.....	(363.117)	(715.216)

(1) Referem-se, basicamente a serviços prestados por assessorias de cobranças, SPC/Serasa, tarifas bancárias e custódias de títulos e valores mobiliários.

(2) Referem-se, basicamente a serviços de impressão, envelopamento e postagens de extratos e outros documentos.

(3) Referem-se, basicamente a despesas com elaboração de cadastro, encaminhamento de pedidos de empréstimos e recebimentos efetuados pela Lojas Riachuelo S.A.

31. Outras Despesas Operacionais	2º Sem. 2025	2025
Tarifas Bandeiras	(26.702)	(49.562)
Provisão para Processos Cíveis (Nota Explicativa nº 21)	(8.386)	(15.437)
Provisão para Processos Trabalhistas (Nota Explicativa nº 21)	(1.207)	(7.687)
Pagamentos de Processos Cíveis.....	(4.598)	(8.768)
Perdas Operacionais (1)	(9.014)	(11.500)
Pagamentos de Processos Trabalhistas.....	(2.028)	(3.215)
Outras (2)	(37.344)	(57.875)
Total.....	(89.279)	(154.044)

(1) Referem-se a despesas com perdas por fraudes, ôbitos, processos operacionais, decisões judiciais e cobranças.

(2) Referem-se a despesa com Cashback.

32. Imposto de Renda e Contribuição Social	2025
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e das Participações Estatutárias no Lucro	306.652
Participações nos Lucros e Resultados.....	(18.377)
Base para Apuração	288.275
Alíquota Nominal	40%
Expectativa de Despesa de IRPJ e CSLL	(115.310)
Diferenças Permanentes (*).....	11.146
Outros Ajustes	8.498
Ajuste Imposto (PL) - regra de transição 4966.....	3.342
Ajuste Estoque Prejuízo Fiscal e Base Negativa - Recuperação de Imposto Selic e Pat.....	5.156
Conciliação	
Despesa com IRPJ	(48.300)
Despesa com CSLL	(29.750)
Crédito Tributário de Diferenças Temporárias.....	(17.616)
Total de Despesa com IRPJ e CSLL	(95.666)

(*) As diferenças permanentes, em sua maioria, referem-se a incentivos fiscais, lei nº 11.196/05 (Lei do Bem).

33. Participação nos Lucros e Resultados	2º Sem. 2025	2025
Pagamento de Participação nos Lucros e Resultados	(832)	(18.377)
Total.....	(832)	(18.377)

34. Partes Relacionadas

A Midway, cujas controladoras diretas são: Riachuelo Participações Ltda e Guararapes Confecções S.A., e controladora indireta, Lojas Riachuelo S.A, mantém as seguintes operações: - **Operações com Cartão de Crédito:** A Midway e sua controladora indireta celebraram um convênio para exploração conjunta dos cartões de crédito que são utilizados pelos clientes da controladora a fim de financiar suas compras, no parcelado com e sem juros, e também para viabilizar a venda de produtos e serviços financeiros. Nas operações de compras no cartão a Midway recebe uma comissão de 1,5% sobre o valor da operação. - **Correspondente no País:** Foi firmado um contrato entre a Midway e a Lojas Riachuelo S.A. para desempenho da função de correspondente no País, cuja prestação de serviço se dá nas dependências da controladora indireta. Esses serviços são remunerados e os principais são: recebimento de pagamentos, recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos, elaboração de cadastro e encaminhamento de vendas de produtos financeiros. - **Convênio de Despesas:** A Midway celebrou um contrato com a controladora indireta para o rateio de despesas comuns em que ambas se beneficiam mutuamente, bem como um contrato de reembolso de custas e despesas com processos administrativos e judiciais, foi também firmado um contrato de sublocação do espaço da controladora para instalação e operação da Midway. - **Captações no Mercado:** A Midway tem operações de Captação no Mercado (Obrigações por Aceites Cambiais) com: Lojas Riachuelo S/A, Midway Shopping Center Ltda., Transportadora Casa Verde Ltda, Midwest Estacionamento Ltda. e pessoas físicas do grupo, que são controladas pela Guararapes Confecções S/A. Abaixo estão demonstrados os saldos e resultados de operações realizadas pela Midway:

a. Lojas Riachuelo S.A.		
Ativos	Dez/2025	19.348
Outros Créditos - Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota Explicativa nº 9b)		19.348
Passivos	1.091.909	888.771
Outras Obrigações - Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota Explicativa nº 20)		202.993
Outras Obrigações - Letra Financeira Subordinada (Nota Explicativa nº 19)		145
Obrigações por Aceites Cambiais.....	2025	74.481
Receitas	74.481	50.029
Prestação de Serviços - Comissões sobre Operações de Cartão de Crédito.....		24.452
Desconto sobre Liquidação Antecipada - Agenda Financeira (Nota Explicativa nº 27)		

DIRETORIA	CONTADOR
Francisco Aurelio dos Santos - Diretor Presidente	Fernanda Cristina de Lazaro - Contadora - CRC SP 318799/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria conjunto nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons-

Consolidado Prudencial (R\$ milhões)									
					Variação				
	dez/24	jun/25	set/25	dez/25	Tri	Sem	Ano		
Análise da Suficiência de Capital na Visão Regulatória									
Patrimônio de Referência (PR) (a+b+c).....	1.146,1	1.089,1	1.148,5	1.204,6	4,9%	10,6%	5,1%		
Capital Nível I (a + b).....	1.146,1	1.089,1	1.148,5	1.204,6	4,9%	10,6%	5,1%		
Capital Principal (a).....	943,7	886,2	936,0	1.001,6	7,0%	13,0%	6,1%		
Capital Complementar (b).....	202,4	202,9	212,5	203,0	-4,5%	0,1%	0,3%		
Capital Nível II (c).....	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%		
Total de Ativos Ponderados por Risco (RWA) (d)	5.866,3	6.588,5	6.687,4	6.940,0	3,8%	5,3%	18,3%		
Risco de Crédito (RWACPAD).....	4.457,9	4.453,8	4.546,1	4.798,2	5,5%	7,7%	7,6%		
Risco de Mercado (RWAMPAD).....	2,2	1,9	1,9	2,2	16,2%	13,2%	-2,3%		
Risco Operacional (RWAOPAD).....	1.406,2	2.128,4	2.134,7	2.134,7	0,0%	0,3%	51,8%		
Risco Serviços de Pagamentos (RWAspl).....	-	4,5	4,7	5,0	5,7%	8,6%	8,6%		
Capital Exigido (e).....	469,3	527,1	535,0	555,2	3,8%	5,3%	18,3%		
Margem do PR em relação ao									
Capital Exigido (a + b + c - e)	676,8	562,0	613,5	649,4	5,8%	15,5%	-4,1%		
IRRBB (RBAN) (f)	62,3	95,8	80,6	65,5	-18,7%	-31,6%	5,2%		
Margem do PR ao Capital Exigido									
c/ IRRBB (RBAN) (a + b + c - e - f)	614,5	466,2	532,9	583,8	9,6%	25,2%	-5,0%		
Adicional de Capital Principal.....	146,6	164,7	169,5	173,5	2,4%	5,3%	18,3%		

A Instituição encerrou dez/25 com um Patrimônio de Referência de R\$ 1.204,6 milhões, apresentando aumento de R\$ 115,5 milhões (10,6%) em relação ao semestre anterior. A Instituição encerrou dez/25 com um Índice de Basileia em 17,4%, com uma margem de capital, calculada pela diferença entre o Patrimônio de Referência e o Capital Exigido, de aproximadamente R\$ 583,8 milhões (incluindo IRRBB/RBAN). O índice de Capital Nível I encerrou em 17,4%, e está 114 bps (bases points) acima do limite regulamentar (6%), e também com Capital Principal suficiente para cobrir o ACP (Adicional de Capital Principal) de conservação (2,5% limite inferior).

Consolidado Prudencial (R\$ milhões)

Variação									
	dez/24	jun/25	set/25	dez/25	Tri	Sem	Ano		
Índices									
IB - Índice de Basileia (a+b+c/d).....	19,5%	16,5%	17,2%	17,4%	2 bps	8 bps	-22 bps		
IN1 - Índice de Capital Nível I (a+b/d).....	19,5%	16,5%	17,2%	17,4%	2 bps	8 bps	-22 bps		
ICP - Índice de Capital Principal (a/d).....	16,1%	13,5%	14,0%	14,4%	4 bps	10 bps	-17 bps		

37. Plano de Opção de Compra de Ações

Após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em dezembro de 2019, a Controladora Guararapes adotou, como forma de remuneração de seus principais executivos e de suas controladas direta e indireta, um Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia. De acordo com o plano aprovado em Assembleia, a Controladora Guararapes optou pela transação de pagamentos baseados em ações líquidas pela entrega de Instrumentos Patrimoniais, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação Black&Scholes, onde a Guararapes e suas controladas passam a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as datas de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações. **a. Características Relevantes do Plano:** Como características mais relevantes do Plano, pode-se destacar: (i) a outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas; (ii) a gestão do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração; (iii) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i); (iv) as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos; (v) se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização; (vi) o preço das ações será equivalente à média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 40 pregões na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, podendo o Conselho de Administração optar por aplicar um desconto de até 10% sobre a referida média a título de estímulo à aquisição das ações; (vii) em casos de término de contrato de trabalho as ações cujas opções ainda não foram exercidas caducarão sem indenização. **b. Outorgas:** As outorgas distribuídas pela Companhia à seus beneficiários foram divididas em 5 lotes, cada um deles sujeitos a um prazo de carência. O preço de exercício para cada opção corresponde à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da controladora Guararapes Confecções nos pregões na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de um desconto de 1,52% concedido pelo Conselho de Administração conforme limite previsto no Plano. Com a entrada de novos executivos, a companhia emitiu novos contratos, cuja composição é apresentada no quadro abaixo, perfazendo um total de 3.861.973 opções distribuídas em 31 de dezembro de 2025 (4.198.722 em 31 de dezembro de 2024). No quadro abaixo apresentamos a posição das outorgas em andamento:

Data Outorga	Valor Justo Exercício	Valor do Saldo em 31/12/2024	Novas	Exercidas	Canceladas/ Expiradas	Saldo em 31/12/2025	Disponível para exercício
Jan/20	6,74	20,00	2.500.000			2.500.000	2.500.000
Jan/20	2,14	10,45	250.000		(250.000)	-	-
Mai/22	2,44	9,38	250.000	(19.262)		230.738	230.738
Set/22	2,73	8,31	93.973			93.973	93.973
Mar/23	2,64	4,51	125.325	(10.000)		115.325	21.331
Set/23	3,79	6,83	426.712		(23.209)	403.503	100.876
Mar/24	4,31	6,44	552.712		(60.033)	492.679	20.291
Jan/25	3,80	7,01	-	25.755		25.755	-
Total.....		4.198.722	25.755	(29.262)	(333.242)	3.861.973	2.967.209

O preço de fechamento da ação da controladora Guararapes em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8,87. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação. O plano de opção de compra de ações continua vigente até o término dos vestings em 2030, sem novas outorgas. **Plano de Ações Restritas:** Em 16 de julho de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária a Controladora Guararapes aprovou um novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações da Companhia. O Plano aprovado refere-se a um Plano de Ações Restritas (RSU) administrado pelo Conselho da Administração, que prevê a outorga de um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia para diretores estatutários e não estatutários e os empregados-chave da Companhia e de suas controladas, que estiverem em tesouraria, não excedente a 3% da totalidade de ações emitidas. A transferência definitiva das ações aos participantes estará condicionada ao cumprimento de prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar vinculado à Companhia para que as outorgas não sejam canceladas. As outorgas distribuídas pela Companhia a seus beneficiários perfazem um total de 400.270 unidades distribuídas até 31 de dezembro de 2025:

Data da Outorga	Valor Vesting	Cotação na Outorga	Saldo em 31/12/2024	Outorgadas	Canceladas/ Expiradas	Saldo em 31/12/2025
17/07/2025	17/03/2028	8,28	-	400.270	-	400.270

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a despesa consolidada com os Planos pagamento baseado em ações (SOP e RSU) totalizaram R\$2.303, sendo R\$88 pagos no exercício. A provisão encontra-se na nota explicativa nº 17.

38. Resultado não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025, não houve nenhum evento relevante a ser divulgado.

39. Evento Subsequente

a. Alteração Alíquota CSLL: Lei Complementar nº 224/2025, dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos. A alíquota CSLL para Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos, passa a ser 17,5%. A mesma entra em vigor em 01 de abril de 2026 com vigência até 31 de dezembro de 2027. A partir de 01 de janeiro de 2028, a alíquota passa a ser de 20%. **b. Mudança Razão Social:** Por determinação do BACEN a partir de fevereiro de 2026 a Midway passará a ter a seguinte razão social: Midway S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Aos Administradores e Acionistas

Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas

